

DÍVIDA EXTERNA

ESTADO DE SÃO PAULO

Brasil aceita discutir juros de forma isolada

País recua da posição de só pagar atrasados com base em acordo global da dívida

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — Depois de condicionar durante quatro meses quaisquer pagamentos de juros atrasados a um entendimento prévio sobre os termos de negociação do estoque da dívida externa, o governo brasileiro, isolado e sob intensa pressão, recuou e comunicou aos bancos credores, em Nova York, que está disposto a tratar as duas questões separadamente.

O negociador da dívida, Jório Dauster, anunciou aos bancos que o País pagará, sem condições, perto de um terço do total de US\$ 1,5 bilhão que ofereceu — há mais de US\$ 8 bilhões de juros atrasados acumulados até 31 de dezembro do ano passado. O restante será depositado quando se chegar a um acordo de reestruturação dos juros atrasados.

Os bancos já haviam anunciado anteriormente sua disposição de reescalonar 70% da conta comprando bônus de sete anos emitidos pelo Brasil. O pagamento de US\$ 1,5 bilhão oferecido pelo Brasil representa menos de 20% dos atrasados. Não está claro como será resolvida a diferença. Paralelamente, o governo retomará os pagamentos de

um terço dos juros correntes, como anunciou em dezembro. Neste trimestre, o pagamento de juros será da ordem de US\$ 500 milhões.

A nova posição brasileira desentavou as conversações com os banqueiros em Nova York e abriu o caminho para um entendimento. A sétima rodada de contatos, iniciada na segunda-feira, prossegue na próxima semana. Embora o clima das conversações tenha melhorado sensivelmente, nada garante que haverá um acordo. Tendo deixado passar a fase ascendente do Plano Collor 1, no ano passado, para avançar rapidamente rumo a um entendimento com os bancos, a equipe econômica tentará agora buscar um acordo numa posição defensiva e enfrentando condições internas e externas bem mais precárias do que as que prevaleceram na meia dúzia de negociações que o País realizou desde o estouro da crise da dívida, em setembro de 1982. O Brasil não conta com o apoio oficial e a situação das contas do governo este ano não facilitará um acordo com o Fundo Monetário Internacional. O agravamento da crise econômica, por outro lado, tenderá a dificultar os entendimentos, até porque aumentará as pressões internas para a substituição da equipe econômica — e os credores internacionais ou privados nada farão para ajudar a ministra Zélia Cardoso de Mello.